

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Rita de Cássia Correa da Silva

**O SERVIÇO SOCIAL E O PLANO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR: UM RELATO DO PROJETO APLICADO NA SOCIEDADE
ESPÍRITA LUZ NO CAMINHO DR. FERNANDO DO Ó.**

Santa Maria, RS
2023

Rita de Cássia Correa da Silva

**O SERVIÇO SOCIAL E O PLANO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UM
RELATO DO PROJETO APLICADO NA SOCIEDADE ESPÍRITA LUZ NO
CAMINHO DR. FERNANDO DO Ó.**

Trabalho de conclusão apresentado ao
Curso de Serviço Social, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr^a. Letícia Chimini

Santa Maria, RS
2023

Rita de Cássia Correa da Silva

**O SERVIÇO SOCIAL E O PLANO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UM
RELATO DO PROJETO APLICADO NA SOCIEDADE ESPÍRITA LUZ NO
CAMINHO DR. FERNANDO DO Ó.**

Trabalho de conclusão apresentado ao
Curso de Serviço Social, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharela em Serviço Social.

Aprovado em 26 de janeiro de 2023:

Prof.^a Dr.^a. Letícia Chimini (UFSM)
(Presidente/Orientadora/avaliadora)

Prof. Dr. Fabio Jardel Gaviraghi (UFSM)
(Avaliador)

Santa Maria, RS
2023

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos que defendem o meio ambiente, assim como a saúde dos seres humanos, pensando em alimentos saudáveis que trazem qualidade de vida, colocando em prática o real conceito de sustentabilidade.

Ainda, dedico àqueles que estiveram envolvidos neste projeto, que me incentivaram, motivaram e ajudaram para o desenvolvimento e término do mesmo.

AGRADECIMENTOS

O Serviço Social transforma o ser humano. Nesse sentido, saliento que ele promoveu grandes mudanças na minha vida, pois não sou mais a mesma de quando ingressei no curso. A minha forma de ver o mundo, de conhecer e compreender o outro e entender a beleza em nossas diferenças não é mais como no passado e a isso serei eternamente grata.

Esse período de conhecimento e formação foi um dos processos mais importantes da minha vida, tanto no sentido pessoal e intelectual quanto profissional. Portanto, faltam palavras para descrever o quanto isso representa e o quanto isso me forma enquanto ser humano e ser social.

Quando os tempos ficaram difíceis, pesados e o medo de seguir se instaurou, pensei naquelas pessoas que abriram caminhos para mim e naquelas em que conto comigo para abrir caminhos para elas. Nunca deixei que a insegurança ou o medo direcionassem o rumo que deveria seguir na minha vida. Segurei firme nas possibilidades e me projetei além do medo. Me apeguei à esperança que me trouxe até aqui, a esperança de seguir trabalhando firme neste caminho e nessa profissão linda que é o Serviço Social.

Este trabalho é fruto de uma quebra de grandes barreiras, pessoais e sociais, assim como de muito empenho e dedicação, por isso chegou a hora de agradecer àqueles que fizeram parte desse processo. Por isso, agradeço primeiramente a Deus por ter me fortalecido ao ponto de superar as dificuldades e também por ter me dado a oportunidade de chegar até aqui. Sem Deus eu não teria concluído esse trabalho, porque sou totalmente dependente de sua sabedoria, por isso a honra, a glória e a vitória são para Ele.

Agradeço à minha filha Ingrid, que deu um sentido especial à minha existência e tem me proporcionado grandes momentos de alegria desde seu nascimento. Também, porque neste momento tão difícil esteve sempre ao meu lado, me ajudando a superar obstáculos e dando todo apoio necessário.

Agradeço por Deus ter me oportunizado e abençoado com professores maravilhosos que com dedicação e paciência contribuíram para que eu concluísse mais essa etapa da minha vida. A eles minha eterna gratidão, os levarei sempre em meu coração.

Agradeço às minhas orientadoras, professora Caroline Goerck e Letícia Chimini pela sensibilidade em me orientar na construção desse trabalho e também na minha construção pessoal, sempre me trazendo palavras positivas, de força e coragem, pessoas iluminadas, de muito amor pelo próximo e dedicação.

Por fim, mas não menos importante, um agradecimento às demais pessoas que quando me vi em momentos de dificuldades, primordialmente neste onde tudo pareceu tão confuso, Deus colocou em meu caminho, onde me estenderam a mão e não mediram esforços para me auxiliar.

“Ninguém nasce feito, ninguém nasce marcado para ser isso ou aquilo. Pelo contrário, nos tornamos isso ou aquilo. Somos programados, mas, para aprender. A nossa inteligência se inventa e se promove no exercício social de nosso corpo consciente. Se constrói. Não é um dado que, em nós, seja um a priori da nossa história individual e social” (FREIRE, 1993).

RESUMO

O SERVIÇO SOCIAL E O PLANO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UM RELATO DO PROJETO APLICADO NA SOCIEDADE ESPÍRITA LUZ NO CAMINHO DR. FERNANDO DO Ó.

AUTORA: Rita de Cássia Correa da Silva
ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a. Letícia Chimini

O presente trabalho surge das experiências vivenciadas no estágio curricular em Serviço Social realizado na Sociedade Espírita Luz no Caminho Dr. Fernando do Ó. Essa é uma pesquisa exploratória de cunho teórico-bibliográfico, embasada nas práticas desenvolvidas nos estágios curriculares. O objetivo geral da pesquisa é fomentar a valorização da alimentação orgânica como dispositivo de segurança alimentar das famílias usuárias da Entidade. Para isso, o Projeto envolveu um diagnóstico das ações educativas e alimentação orgânica na instituição, que se localiza na cidade de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul, com a coordenadora, equipe multiprofissional e voluntários. Evidencio que a alimentação orgânica, está presente na alimentação escolar; contudo, não há registros de ações de educação em saúde e nutrição. A alimentação é conteúdo na disciplina de Ciências; todavia, os temas sobre alimentação, saúde e nutrição surgem sem planejamento prévio. A avaliação das crianças sobre a alimentação é positiva; porém, os alimentos orgânicos não foram referidos, no entanto, os Multiprofissionais e voluntários, refletiram sobre a necessidade do desenvolvimento de ações de educação em saúde, alimentação orgânica e nutrição com a comunidade escolar. Concluo que a utilização do alimento orgânico ainda não integra o projeto pedagógico da instituição, todavia, o fundamento da alimentação orgânica oportuniza as famílias de baixa renda a produzirem seus próprios produtos, especialmente temperos e hortaliças. Por isso o projeto foi implementado, sendo elaborada uma horta suspensa comunitária, como instrumento prático das reflexões.

Palavras-chave: Ações educativas. Alimentação orgânica. Meio ambiente. Serviço Social. Sociedade espírita.

ABSTRACT

O SERVIÇO SOCIAL E O PLANO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UM RELATO DO PROJETO APLICADO NA SOCIEDADE ESPÍRITA LUZ NO CAMINHO DR. FERNANDO DO Ó.

AUTHOR: Rita de Cássia Correa da Silva
ADVISOR: Prof.^a Dr^a. Leticia Chimini

The present work arises from the experiences lived in the curricular internship in social work carried out at the Sociedade Espírita Luz no Caminho Dr. Fernando do Ó. This is an exploratory research of theoretical and bibliographic nature. The general objective of the research is to value organic food as a food security device for the user families of the Society. For this, the Project involves a diagnosis of educational actions and organic food and institution, which is located in the city of Santa Maria, in the state of Rio Grande do Sul, with a coordinator, multiprofessional team and volunteers. It highlighted the organic diet, which is present in school meals; however, there is no record of health and nutrition education actions. Food is content in the Science discipline; however, the themes of food, health and nutrition arise without prior planning. The children's assessment of food is positive; however, organic foods were not judged, however, Multiprofessionals and volunteers reflected on the need to develop health education, organic food and nutrition actions with the school community. It was concluded that the use of organic food is not yet part of the educational project of the institution, the foundation of organic food provides opportunities for low-income families to produce their own products, especially spices and vegetables. That is why the project was implemented and a community suspended garden was developed.

Palavras-chave: Educational actions. Organic food. Environment. Social service. Spiritist society.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Sede da Sociedade Espírita Luz no Caminho Dr. Fernando do Ó
- Figura 2** – Crianças atendidas pela sociedade, funcionários e voluntários
- Figura 3** – Organograma da sociedade
- Figura 4** – Parte do *buffet* disponibilizado pela sociedade
- Figura 5** – Parte do *buffet* disponibilizado pela sociedade, com saladas
- Figura 6** – *Pallets* recebidos de doação
- Figura 7** – Auxílio na execução do projeto
- Figura 8** – Galões de plástico recebidos de doação
- Figura 9** – Horta suspensa pronta
- Figura 10** – Auxílio das crianças durante o plantio das saladas e temperos

LISTA DE ABREVIACES

CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPERCEDRO	Cooperativa de Produção e Desenvolvimento Rural dos Agricultores Familiares de Santa Maria
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DCNT	Doenças crnicas não transmissíveis
DR	Doutor
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
ONG	Organização não governamental
PAIF	Programa de Atenção Integral a Família
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
SESC	Serviço Social do Comércio de Santa Maria
SR	Senhor

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	144
1.1 Objetivos	177
1.1.1 objetivo geral	188
1.1.2 objetivos específicos	188
1.2 Metodologia	18
2 A SOCIEDADE ESPÍRITA LUZ NO CAMINHO DR. FERNANDO DO Ó	20
3 O SERVIÇO SOCIAL E O MEIO AMBIENTE	299
3.1 A relevância da alimentação orgânica	311
3.2 As expressões da questão social no espaço institucional e o exercício profissional do/a assistente social	344
4. O PROJETO DE INTERVENÇÃO E SUAS RESPECTIVAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE O ESTÁGIO II CURRICULAR.....	355
4.1 O projeto de intervenção	355
4.2 As atividades desenvolvidas: plantio de temperos e saladas orgânicas	377
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	445
REFERÊNCIAS.....	455

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso emergiu da interpelação das experiências vivenciadas no Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), realizado na Sociedade Espírita Luz no Caminho Dr. Fernando do Ó, localizado na cidade de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul.

Para apresentar os resultados alcançados, estruturei em cinco capítulos. No primeiro a Introdução, abordamos e apresentamos os seguintes itens: a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os objetivos do presente trabalho de conclusão de curso, a justificativa e a metodologia utilizada. No segundo capítulo apresento a Instituição, bem como a relevância da alimentação orgânica, as expressões da questão social no espaço institucional e o exercício profissional do/a assistente social.

No quarto capítulo realizo as as considerações do Serviço Social com a mediação com Plano Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, tendo em vista o projeto de intervenção e as atividades desenvolvidas no mesmo. Assim sendo, o último capítulo exponho o projeto de intervenção e suas respectivas atividades desenvolvidas durante o estágio curricular obrigatório, qual seja a implementação de uma horta orgânica suspensa e comunitária. Nesse contexto, o projeto envolveu um diagnóstico das ações educativas e alimentação orgânica na sociedade, juntamente com a coordenadora, equipe multiprofissional e voluntários da instituição.

Quanto a Entidade em evidência, a Sociedade é uma Organização Não Governamental (ONG) que tem um trabalho consolidado, cujo principal propósito é assistir as crianças em turno inverso ao da escola, em suas necessidades educacionais, sociais, emocionais e afetivas, prestando assistência social, em consonância com o artigo 6º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dispõe que “na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento” (BRASIL, 1990).

Ratifico a importância de abordar sobre o Serviço Social e o meio ambiente, isso porque o profissional da área é apto para atuar nas mais diversas áreas, sejam elas referentes às expressões da questão social ou ambientais. O assistente social

possui domínio teórico e prático para tratar das situações mais diversas correlacionadas à sociedade, operando com o conhecimento técnico científico para atuar nas intervenções. Assim como salientar as expressões da questão social no espaço institucional e o exercício profissional do/a assistente social, pois a população usuária da instituição se destaca pelas vulnerabilidades e risco social, sendo considerada de baixa renda. Nesse sentido, a Sociedade trabalha articulando as redes de atenção para enfrentamento de problemas. E é a partir da realidade que o assistente social visa atuar na resolução dos problemas, com um apoio multiprofissional, diminuindo os riscos em que as crianças possam estar expostas.

O assistente social por sua vez tem papel importante em assessorar políticas públicas inclusive no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que oferece alimentação escolar, ações educativas e nutricionais aos estudantes da educação básica pública por meio de repasses do Governo Federal aos estados, municípios, escolas federais, filantrópicas e entidades comunitárias conveniadas ao poder público (BRASIL, 2013). Esse Programa é referenciado pelo fato de as crianças se vincularem a entidade por meio do turno inverso ao da escola, cujas atividades são realizadas atentando para a “a dimensão ética e política da defesa de direitos que perpassa todas as ofertas e atenções da política pública de assistência social, sem prejuízo daquelas atividades, iniciativas ou organizações constituídas especificamente para esse fim (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2011).

Esse projeto foi pensado e desenvolvido porque o alimento orgânico não integra o projeto pedagógico da sociedade, isto é, não está presente na alimentação dos usuários da instituição, assim como não há registro de ações de educação em meio ambiente, saúde e nutrição. Sendo assim, o fundamento da alimentação orgânica oportuniza as famílias de baixa renda a produzirem parte de seus próprios alimentos, especialmente temperos e hortaliças.

Quanto aos fatores que justificaram o interesse em realizar o Projeto de Campo, esses surgiram durante o meu estágio curricular na graduação em Serviço Social, onde realizei na Instituição Luz Fernando Ó. Durante o período de estágio precisei desenvolver um projeto e passei a observar com mais intensidade uma fragilidade na instituição e que pudesse ser suprida com um plano de ação na mesma. Mediante situações vivenciadas pude observar a necessidade de um projeto de campo que pudesse suprir a falta das verduras para incluir na refeição.

A partir de uma interação com os profissionais compreendi como eram

produzidos os alimentos que as crianças recebiam diariamente. Uma das minhas atribuições era conduzir as crianças ao refeitório em três vezes da semana. Como estagiária fui convidada a acompanhar as crianças no horário do almoço onde conduzia elas em fila até o refeitório, onde era disponibilizada a refeição com um bife e algumas variedades de alimentos, na qual esses alimentos eram ofertados por um restaurante, que diariamente, entregava gratuitamente as refeições. As crianças recebiam no horário do almoço no mínimo seis qualidades diversos de alimentos: como arroz massa, feijão, carne, legumes, sendo que as saladas eram da responsabilidade da instituição.

Durante o estágio foi necessário elaborar um Projeto de Campo para a conclusão do mesmo e foi nesse processo que decidi por desenvolver um projeto baseado na necessidade de suprir parte dos temperos e saladas nas refeições.

Atentando para o local, percebi que não havia possibilidade de desenvolver o projeto diretamente no chão, por se tratar de um local onde no inverno, em dias chuvosos, havia alagamentos. Assim sendo, optei para fazer um projeto com paletes suspensos, de baixo custo, onde foram utilizados materiais reciclados, como os próprios paletes, bem como galões de plásticos. Foram também utilizados parafusos e cordas.

Com relação a produção, a intenção foi de fornecer um alimento orgânico, assim, tanto as sementes, quanto as mudas e a terra eram fontes sem nenhum tipo de defensivos químicos, pesticidas ou fertilizantes sintéticos, visto que esses produtos são prejudiciais à saúde humana e dos animais.

Ainda sobre a saúde e a relação com a produção de alimentos, consideramos os dados que denunciam o aumento progressivo das Doenças Crônicas não transmissíveis, dentre elas câncer, diabetes e hipertensão, com o aumento do consumo de alimentos industrializados, açucarados e a destruição do meio ambiente. Procuro na intervenção colaborar nessa tríade de fatores, pois ao mesmo tempo em que manifesta no indivíduo o interesse em utilizar materiais reciclados para o plantio de hortaliças e instruir ao mesmo o consumo delas, traz muitos benefícios, dentre eles a redução da poluição e, sucessivamente, a redução das doenças crônicas não transmissíveis a partir da conscientização da alimentação saudável.

Conforme o documentário assistido o “ Veneno está na mesa”, em 2008, o Brasil já era o maior consumidor de agrotóxicos do mundo e associado a isso temos os malefícios relacionados à saúde da população, contaminação dos solos e das

águas, com aumento dos casos de diversas doenças, causadas pelo uso indiscriminado de venenos na produção de alimentos.

É importante que as frutas, legumes, verduras e entre outros alimentos sejam isentos de agrotóxicos, pois todos os agrotóxicos são potencialmente perigosos, causam danos à saúde de pessoas, animais e ao meio ambiente. A exposição aos agrotóxicos tem causado prejuízos à saúde, como doenças nos sistemas metabólico, reprodutivo e endócrino além do aumento dos casos de câncer (DAUFENBACK, 2022).

1.1 Objetivos

A Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, dispõe sobre o exercício do assistente social, qual desenvolve uma prática social em um conjunto de ações da natureza socioeducativa em uma perspectiva de transformação social comprometida com a democracia e com o enfrentamento das desigualdades sociais, fortalecendo o exercício da cidadania na defesa e na conquista dos direitos humanos e da justiça social (BRASIL, 1993).

Atua no âmbito das relações sociais junto a indivíduos, famílias, comunidades e movimentos sociais, desenvolvendo ações que fortaleçam a autonomia, a participação e exercício de cidadania com vistas a mudanças nas suas condições de vida. Os princípios de defesa dos direitos humanos e justiça social são elementos fundamentais para o trabalho social com vista a superação da desigualdade social e das situações de violência ou pressão pobreza, a fome e o desemprego (BRASIL, 2010).

Dentre diversas possibilidades de atuação e intervenção do assistente social, há a possibilidade de desenvolvimento na Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o destaque se dá pelo fato de contribuir com a garantia de acesso da população mais vulnerável à alimentação saudável, auxiliando no combate à miséria e a fome (BRASIL, 2013), considerando o papel do Serviço Social nas políticas públicas no sentido de respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos, diante dos desafios enfrentados (KROTH et al, 2020). Dessa maneira, com a intenção de evidenciar o objetivo geral, será dividido nos objetivos específicos, de forma pormenorizada, para apresentar as ações que se pretende alcançar, estabelecendo

estreita relação com as particularidades relacionadas à temática da pesquisa e com o projeto implementado.

Nesse sentido, passemos à exposição do objetivo geral da pesquisa e dos objetivos específicos.

1.1.1 Objetivo Geral

Fomentar a reflexão sobre a alimentação orgânica como dispositivo de segurança alimentar das famílias usuárias da Fernando do Ó.

1.1.2 Objetivos Específicos

Contribuir para a capacitação dos funcionários, voluntários e crianças sobre a importância da alimentação orgânica, bem como a experiência de produzir alimentos e as ações educativas na instituição acima referida.

Promover a reflexão a cerca da importância da alimentação orgânica e das ações de educação social na instituição ao longo do ano.

Fomentar a adaptação do cardápio da instituição, conforme disponibilidade de alimentos produzidos na instituição.

1.2 Metodologia

A pesquisa é, primordialmente, o núcleo da ciência contemporânea, e como tal necessita de um método bem explicitado. Por intermédio de um método, objetivos e sua efetiva publicação, a pesquisa busca edificar conceitos sobre a realidade. A característica essencial de uma pesquisa científica se dá na viabilidade de poder ser ponderada, isto é, na possibilidade de o conhecimento produzido estar em aprimoramento constante. Desse modo, a relevância da metodologia se fundamenta na medida em que se descreve cada processo de produção do conhecimento, promovendo a investigação do mesmo (FONSECA, 2002).

Segundo Gil (2008), o método pode ser caracterizado como o percurso para se chegar a um fim determinado. E, a partir disso, a presente pesquisa se fundamenta como pesquisa qualitativa com observação empírica e relato do projeto desenvolvido junto a instituição Sociedade Espírita Luz no caminho Dr. Fernando Ó.

Foi realizado um estudo de caso, que soma ao relato da experiência dos estágios um e dois, como ferramenta para viabilizar discussões relacionadas a questões que englobam a importância do consumo de alimentos orgânicos, tanto para a saúde dos seres humanos, no que se refere a prevenção de comorbidades, quanto para a preservação da natureza. Desse modo busca a relação entre a pesquisa-ação e a pesquisa bibliográfica para formar conhecimento em relação ao papel do/a assistente social na alimentação escolar e suas possíveis mediações teórico-práticas.

Segundo Yin (2001), o estudo de caso representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com uma lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados, podendo incluir tanto estudos de caso único quanto de casos múltiplos.

O campo do projeto compreende a Sociedade Espírita Luz no caminho Dr. Fernando do Ó, tendo como estratégia a implementação de uma horta comunitária na instituição para que familiares, alunos, profissionais, voluntários e demais colaboradores possam contribuir com a experiência no plantio de hortaliças para produção da alimentação da instituição e para as famílias. Ademais, no que se refere a temporalidade da pesquisa, o projeto foi desenvolvido no período de agosto a dezembro de 2019.

Por fim, saliento que foram utilizados na implementação do projeto recursos humanos, composto por Assistente social, estagiários, alunos e demais colaboradores; recursos materiais, sendo terra adubada, tesoura, parafusos, sementes, *pets*, pneus, pá, enxada e regador; e, recursos financeiros, que foram gastos com materiais a partir de recursos próprios.

2. A SOCIEDADE ESPÍRITA LUZ NO CAMINHO DR. FERNANDO DO Ó

Em vinte de agosto de 1980 o Doutor Sabino Dalla Costa doou um terreno medindo 800 m² (oitocentos metros quadrados) à Sociedade Espírita Antonio Vitor Menna Barreto, o objetivo da ação seria a construção de um núcleo espírita desta sociedade. Em trinta e um de agosto desse mesmo ano ocorreu o lançamento da pedra fundamental para a construção do referido núcleo, estando sob a presidência do Senhor Benjamim Carvalho Coelho. Nesta ocasião foi inaugurada a sede do Núcleo Espírita Luz no Caminho Dr. Fernando do Ó, assim como sua primeira diretoria eleita, tendo como presidente o Sr. Loderitz F. Mello (SOCIEDADE ESPÍRITA LUZ NO CAMINHO DR. FERNANDO DO Ó, [s.d.]).

A sede do Núcleo Espírita obteve esse nome em homenagem a um cidadão da cidade de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul, que era advogado, escritor, divulgador e também defensor da doutrina espírita, tendo Dr. Fernando do Ó como patrono da nova instituição (SOCIEDADE ESPÍRITA LUZ NO CAMINHO DR. FERNANDO DO Ó, [s.d.]).

Já em março de 1992, a Sociedade Espírita Antônio Vitor Menna Barreto aprovou em assembleia geral a fundação da Sociedade Espírita Luz no Caminho Dr. Fernando do Ó, assim como a transferência de todos os bens móveis e imóveis para instituição recém fundada, tendo como objetivo o amparo à criança em situação de vulnerabilidade social. Desse modo, foi constituída uma diretoria sob a presidência do Dr. Fernando Antonio Rodrigues Corrêa. Momento este que foi adquirido um espaço ao lado da sede, onde foi construído um prédio, e o objetivo da estrutura era tornar-se uma escola (SOCIEDADE ESPÍRITA LUZ NO CAMINHO DR. FERNANDO DO Ó, [s.d.]).

No ano de 2004, a Sociedade Espírita Luz no Caminho Dr. Fernando do Ó assinou um convênio de parceria com o Lar Fabiano de Cristo, que possui sede na cidade do Rio de Janeiro, com a intenção de abrigar um Projeto Social para atender crianças e jovens fragilizadas socialmente, e, além destas, as suas respectivas famílias. Nesse sentido, durante o corrente ano foi adquirido móveis e utensílios e demais materiais necessários para o funcionamento do referido projeto (SOCIEDADE ESPÍRITA LUZ NO CAMINHO DR. FERNANDO DO Ó, [s.d.]).

Esse Projeto Social foi denominado como “Tesouros Escondidos” e atende diariamente, no regime de Apoio Socioeducativo em Meio Aberto (ASEMA), crianças

e jovens carentes, possibilitando-lhes alimentação, vestuário, educação Espírita Cristã, oficinas pedagógicas, informática e atendimento odontológico (SOCIEDADE ESPÍRITA LUZ NO CAMINHO DR. FERNANDO DO Ó, [s.d.]).

Em dez de dezembro de 2004 o edifício foi inaugurado, com a presença do fundador da sociedade, autoridades, incluindo Cezar Reis, Presidente do Lar Fabiano de Cristo (LFC), membros da comunidade, sócios, funcionários, crianças e adolescentes, bem como suas respectivas famílias. Este tornou-se um momento grandioso e inesquecível para a história da sociedade. Ademais, conforme o estatuto da organização as eleições são feitas com caráter bianual, ou seja, a cada dois anos, para presidente e nova diretoria da instituição e escolhido um coordenador para o projeto (SOCIEDADE ESPÍRITA LUZ NO CAMINHO DR. FERNANDO DO Ó, [s.d.]).

Saliento, ainda, que a Sociedade Espírita Luz no Caminho Dr. Fernando do Ó, se encontra localizada no bairro São José, na cidade de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul (SOCIEDADE ESPÍRITA LUZ NO CAMINHO DR. FERNANDO DO Ó, [s.d.]), conforme figura abaixo.

Figura 1 – Prédio da Sociedade Espírita Luz no Caminho Dr. Fernando do Ó.



Fonte: Facebook do Projeto Sociedade Espírita Luz no Caminho Dr. Fernando do Ó (2018).

A sociedade atende atualmente a 56 (cinquenta e seis) crianças e 30 (trinta) famílias de baixa renda. Essas crianças são recebidas na instituição em turno inverso ao da escola. No local, além de receberem as refeições, em parceria com o Programa Mesa Brasil, do Serviço Social do Comércio de Santa Maria (SESC), com a Cooperativa de Produção e Desenvolvimento Rural dos Agricultores Familiares de Santa Maria (Coopercedro) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), realizam as suas tarefas escolares e participam de diversas atividades que possuem como objetivo a formação da cidadania (SOCIEDADE ESPÍRITA LUZ NO CAMINHO DR. FERNANDO DO Ó, [s.d.]).

Figura 2 – Crianças atendidas pela sociedade, funcionários e voluntários.



Fonte: *Facebook* do Projeto Sociedade Espírita Luz no Caminho Dr. Fernando do Ó (2020).

Elucido, ainda, que a sociedade realiza um trabalho social voltado às crianças/adolescentes que estão em situação vulnerável. Os parceiros da organização, os voluntários e profissionais buscam resgatar a cidadania e os valores morais, proporcionando, assim, um caminho de luz, de dignidade, respeito ao próximo, educação e conhecimento interior aos usuários (SOCIEDADE ESPÍRITA LUZ NO CAMINHO DR. FERNANDO DO Ó, [s.d.]).

Desse modo, a sociedade também possui como objetivo o desenvolvimento das habilidades criativas e cognitivas das crianças recebidas, a melhora no desempenho escolar, o fortalecimento da autoestima, das capacidades físicas, de valores fundamentais, como a moral, a democracia, o companheirismo, a responsabilidade e a integração com a família. Por isso, são trabalhados temas como a educação para o trânsito, a consciência ambiental, a cultura afro-brasileira, visando à formação de cidadãos mais aptos ao convívio em sociedade (SOCIEDADE ESPÍRITA LUZ NO CAMINHO DR. FERNANDO DO Ó, [s.d.]).

Todos esses assuntos abordados na instituição são trabalhados em oficinas pedagógicas, por intermédio de atividades lúdicas, facilitando assim a assimilação dos conteúdos pelas crianças (SOCIEDADE ESPÍRITA LUZ NO CAMINHO DR. FERNANDO DO Ó, [s.d.]).

A entidade também proporciona aos usuários atendimento psicológico e odontológico, biblioteca, sala de informática, com acesso à *internet*, e uma sala de brinquedos. Tudo isso com a finalidade de que as famílias venham a ter condições de oferecer às crianças, uma vida digna, que atenda da melhor maneira as suas necessidades básicas. Por isso, diversas oficinas são oferecidas gratuitamente aos pais dessas crianças, para que possam se profissionalizar e ter uma oportunidade no mercado de trabalho (SOCIEDADE ESPÍRITA LUZ NO CAMINHO DR. FERNANDO DO Ó, [s.d.]).

Algumas das oficinas já oferecidas podem ser elencadas, sendo elas: curso de tapeçaria, de arte em vidro, de crochê e tricô e outras formas de artesanato; curso de doméstica, manicure e pedicure; além de curso para formação de pedreiros, dentre outros. E, para a organização e bom funcionamento da instituição, a Sociedade Espírita Luz do Caminho Dr. Fernando do Ó conta hoje com cinco funcionários e cinco voluntários e recebe doações através do voluntariado, de campanhas e de convênios (SOCIEDADE ESPÍRITA LUZ NO CAMINHO DR. FERNANDO DO Ó, [s.d.]).

Importante destacar que a sociedade é uma organização não governamental (ONG) e sua principal finalidade visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, buscando coordenar, planejar, elaborar, executar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais de forma gratuita, continuada, permanentemente e de forma planejada, conforme dispõe a Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, em seu artigo 2º, Lei esta que elucida sobre a

organização da Assistência Social, dando amparo às crianças de 05 (cinco) a 12 (doze) anos em situação de vulnerabilidade e risco social (BRASIL, 1993).

Na instituição as crianças recebem acompanhamento da equipe técnica e o serviço está vinculado ao Serviço de Proteção Social Básica da Política de Assistência Social (LOAS), nos termos de Lei nº 8742 de 1993, e respeitadas às deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e demais leis vigentes.

Também realiza ações de defesa e garantia de direitos no âmbito da Política Pública de Assistência Social, estando em consonância com a Resolução nº 27 de 19 de setembro de 2011. Sendo as atividades, segundo artigo 2º da referida resolução, composta por um grupo de ofertas e atenções da política pública de assistência social articulada à rede socioassistencial, por viabilizarem a abertura de espaços e oportunidades para o efetivo exercício da cidadania ativa.

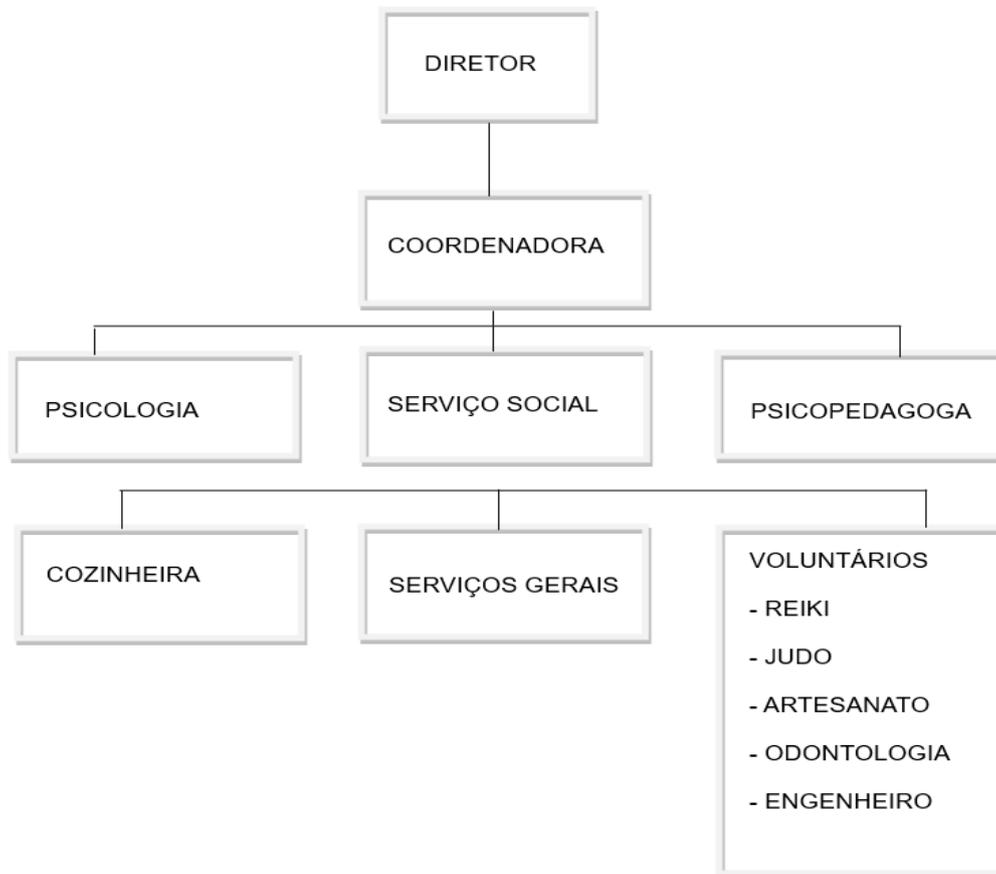
Art. 2º As atividades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos compõem o conjunto das ofertas e atenções da política pública de assistência social articuladas à rede socioassistencial, por possibilitarem a abertura de espaços e oportunidades para o exercício da cidadania ativa, no campo socioassistencial, a criação de espaços para a defesa dos direitos socioassistenciais, bem como o fortalecimento da organização, autonomia e protagonismo do usuário.

Parágrafo único. A dimensão ética e política da defesa de direitos perpassa todas as ofertas e atenções da política pública de assistência social, sem prejuízo daquelas atividades, iniciativas ou organizações constituídas especificamente para esse fim (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2011).

A instituição também busca acolher, atender e orientar as crianças e seus familiares buscando fortalecer o protagonismo destes na busca pela garantia e efetivação de seus direitos, tendo como objetivo principal a superação da situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, busca prestar serviços, atividades e realizar ações de cunho gratuito, continuada e planejada, para as crianças, oferecendo atendimento com o intuito de fortalecer e apoiar o desenvolvimento pleno da criança, prestar orientações e encaminhamento em defesa e garantia de seus direitos, junto da comunidade, buscando ser uma referência de apoio.

Cabe destacar, ainda, que a diretoria da Sociedade é formada por um Conselho Administrativo e um Conselho Fiscal eleitos em Assembleia Geral.

Figura 3 – Organograma da sociedade.



Fonte: Autora (2020).

A organização realiza o seu trabalho em equipe, possuindo diretoria, coordenação, psicólogos, odontólogos, psicopedagogos, assistente social, cozinheira, serviços gerais e, em parte, voluntários que auxiliam nas atividades. A entidade também é articulada com as redes de atenção em especial o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e também com o Conselho Tutelar.

As estratégias realizadas em caráter de equipe multiprofissional, são as melhores opções quando considera-se como mais importante, a oferta integral de cuidado e atenção ao usuário dessas instituições, porque se consegue somar o conhecimento e as percepções sob a perspectiva de cada profissional e estabelecer uma conexão de atenção integral, inclusive com atenção ao meio ambiente.

Tendo em vista o diálogo interdisciplinar, pela mobilização e organização das comunidades, da sociedade civil organizada, identificando as articulações políticas em torno dos serviços socioambientais (sejam eles de moradia, educação, assistência, trabalho, lazer, dentre outros aspectos que possuem

conexão com a questão socioambiental), a fim de que estes intervenham nos espaços institucionais, nas instâncias de controle social, tendo como horizonte universalizar os serviços, programas e políticas sociais, bem como fomentar seu protagonismo, sua participação efetiva na tomada das decisões que são fundamentais para a compreensão dos problemas socioambientais, uma vez que a qualidade do ambiente influi consideravelmente na qualidade de vida dos seus moradores (NUNES, 2012, p. 59).

Nesse sentido que, em diversas situações, o assistente social tem um papel primordial, pois pode desenvolver e elaborar estratégias com o seu conhecimento prévio, estratégias essas para atuar em encaminhamentos, busca de direitos e suporte para direcionar as famílias conforme suas necessidades.

O profissional que atua na Sociedade Espírita Dr. Fernando do Ó também compõe a rede socioassistencial, que presta serviço de proteção social básica e trabalha em conjunto com as políticas públicas e serviços, com a intenção de atender as demandas das crianças, assim como da família e, também, da comunidade. Com uma visão ampliada nos serviços e suas políticas, não se deve compreender como caridade, mas sim como um direito efetivo e reconhecido pelos usuários. E, consoante disposto na Lei de Regulamentação da Profissão, no artigo 4º, inciso V, é competência do assistente social “orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos” (BRASIL, 1993).

Por fim, destaco que a procura pelos serviços da Sociedade se faz de modo espontâneo pela comunidade. Deste modo, a assistente social se mostra com autonomia para exercer sua função na instituição, possibilitando a efetivação do direito profissional de usar seus conhecimentos e instrumentos necessários para realizar intervenções que julgar necessárias. Por isso é de suma importância a atuação do Serviço Social, para desvelamento da realidade apresentada.

O programa de Defesa e Garantia de Direitos da Sociedade Espírita Luz no caminho Dr. Fernando do Ó, busca orientar os usuários e seus familiares acerca das redes de proteção social da assistência social, saúde, previdência social e outras, tal programa é executado por uma equipe técnica (Assistente social e psicólogo) os quais prestam atendimentos contribuindo para o fortalecimento dos mesmos enquanto cidadão de direito. Para que o programa cumpra seus objetivos é realizado atendimento com avaliação socioeconômica da família e o público alvo são crianças em vulnerabilidade e risco social, de 05 (cinco) a 12 (doze) anos, em turno inverso ao da escola, com periodicidade de segunda a sexta-feira, sendo os trabalhos

desenvolvidos por voluntários, que são supervisionados pela equipe técnica e coordenadora da instituição.

O trabalho desenvolvido por todos os profissionais e voluntários na instituição se baseia no respeito as diferenças, arranjos familiares, crenças e identidades familiares, no fortalecimento da cultura do diálogo, no combate a toda forma de violência, discriminação, sendo desenvolvida a cultura do respeito, complementando as ações da família e comunidade na proteção e desenvolvimento da criança, no fortalecimento de vínculos familiares e sociais, segurando um espaço de convívio, desenvolvendo relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo para o desenvolvimento pleno artístico, estimulando o desenvolvimento de habilidades e contribuindo para compreensão da realidade social de forma crítica, desenvolvidas de forma lúdica e esportivas.

São realizadas interlocuções com o CRAS, o CREAS e o Conselho Tutelar, porque são espaços de referências dos usuários onde são sempre encaminhadas às famílias em situação de vulnerabilidade, para que sejam atendidas pelo Programa de Atenção Integral a Família (PAIF) e Conselho Tutelar para garantia efetiva de direitos. Quanto as origens dos recursos financeiros, esses são oriundos de doações da comunidade e colaboradores da instituição através de brechó, realizado de forma gratuita, planejada e continuada.

As atividades são realizadas na sociedade são de acordo com a Resolução nº 27 de 2011, do CNAS. As ações desenvolvidas são voltadas para a promoção da defesa de direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade, assim como por meio de articulação com órgãos públicos e privados em defesa de direitos.

Saliento que essas ações utilizadas pela organização são oficinas, grupos com a intenção de acessar e promover os direitos de cidadania já estabelecidos, aprofundar assuntos sobre direitos humanos. Ademais, o assistente social trabalha na perspectiva da garantia de direitos dos usuários e é responsável pelo acolhimento, cadastro, visitas domiciliares, acompanhamento de usuários e famílias junto à psicóloga, além da articulação com a rede e relatórios.

A população usuária da instituição Fernando do Ó se destaca pelas vulnerabilidades e risco social, baixa renda, a população reside às proximidades da sociedade espírita. Pelo fato de os pais trabalharem, há crianças que não tem com quem ficar no turno inverso ao seu horário de aula, muitos se tornam vulneráveis aos

problemas sociais, como violência doméstica, abuso sexual, permanência pelas ruas e dentre outras. Deste modo a instituição trabalha articulando com as redes de atenção para enfrentamento dos problemas.

A partir desta realidade o assistente social busca atuar na resolução de problemas contando com apoio multiprofissional de modo a contribuir com as famílias e cuidar do pleno desenvolvimento das crianças atendidas uma vez que o assistente social pode intervir e colaborar para a melhora da qualidade de vida do indivíduo, reconhecendo a realidade das famílias e tendo conhecimento dos suportes das redes de atenção com intuito de intervenção, principalmente com relação as crianças em riscos, para que possam ser resolvidos, dentro das possibilidades da rede de proteção do município

3. O SERVIÇO SOCIAL E O PLANO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A profissão do Serviço Social é apta a atuar em diversas áreas sejam elas relacionadas à questão social. O assistente social tem domínio teórico e prático para lidar com diversas expressões da questão social que envolvam a sociedade, utilizando de conhecimento técnico científico para atuar.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO, 1983, p.77).

Há uma atuação ímpar do assistente social quando o trabalho é em equipe multiprofissional, pensando em um cuidado integral ao usuário.

O Serviço Social encontra-se entre as profissões aptas a captar o movimento da realidade para mediar intervenções em prol das demandas sociais e, também as ambientais, numa perspectiva que integre a interdisciplinaridade a atuação que apreenda as dimensões socioambientais. Essa proposta refere-se diretamente à necessidade dos cientistas e assistentes sociais de trabalhar em equipes multi e interdisciplinares (IRIGALBA, 2005, p. 27).

Nesse sentido, a questão social e suas diversas expressões, primordialmente, quando se manifesta nas condições mais objetivas da vida, dos segmentos mais empobrecidos da sociedade, é, por conseguinte, a matéria-prima e a justificativa da organização do espaço do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e na composição e atribuição da identidade da profissão (YAZBEK, 2009).

Com a transformação através da história da profissão, os diversos campos os quais o Serviço Social ocupou e foi ganhando espaço, um passado de conservadorismo foi deixado para trás, para que um movimento de reconceituação viesse para mudar os rumos do contexto, e garantir um presente e um futuro confortável para que os profissionais transitem por variados meios de atuação, e é a partir da década de quarenta que o Estado passa a intervir na trama de reprodução das relações sociais (FERREIRA *et al.*, 2018, p. 10).

Segundo Yazbek (2009), a profissão aumenta sua área de atuação, dilata as bases sociais de seu processo de formação, assim como assume um lugar na

efetivação das políticas sociais originárias do Estado e, a partir disso, possui o desenvolvimento integral contrastado com a complexibilidade das ferramentas estatais de operacionalização de políticas sociais. Desse modo, gradualmente, o Estado vai estimulando a profissionalização do assistente social e aumentando o campo de atuação em detrimento das novas formas de enfrentamento da questão social e mitigação dos problemas.

Ademais é válido que a profissão atue e intervenha no âmbito ambiental, trazendo uma maior relevância para os trabalhos mediados pelos instrumentos da educação ambiental. Com isso, ratifico que a educação ambiental é de suma importância e representa o fundamento para os programas direcionados ao meio ambiente (SILVA, 2010), por meio de

[...] campanhas educativas, da realização de seminários, oficinas, reuniões e vem adquirindo visibilidade profissional seja no âmbito da pesquisa, criando novos objetivos de estudo, seja na intervenção profissional cotidianas em projetos e programas socioambientais [...]. Tal como ocorre com a questão social, a “questão ambiental” recebe tratamento cuja mediação fundamental é, em sentido último, uma questão de classe: ora diz respeito à administração de suas manifestações sob o prisma da reprodução do capital, ora inscreve-se na perspectiva da superação do sistema e, neste caso, da construção de uma sociedade emancipada (SILVA, 2010, p. 149-150).

Nesse sentido que um dos maiores desafios que o profissional do Serviço Social vivencia na sociedade contemporânea “é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano” (IAMAMOTO, 2005, p. 20).

O Assistente social, tendo uma relação intrínseca com as políticas públicas e sociais, deve construir planos e efetivar projetos que englobem a conscientização dos cidadãos, trazendo propostas eficazes de sustentabilidade, responsabilidade ambiental e ecológica, conforme dispõe o artigo 2º do Código de Ética da Profissão.

Art. 2º Constituem direitos do/a assistente social:

- a. Garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão, e dos princípios firmados neste Código;
- b. Livre exercício das atividades inerentes à Profissão;
- c. **Participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais;**
- d. Inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional;
- e. Desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional;

- f. Aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código;
- g. Pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população;
- h. Ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções;
- i. Liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardado os os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993) (grifo nosso).

É necessário estarmos atentas aos movimentos do sistema capitalista que acirra desigualdades, precarizando cada vez mais o trabalho e a destruição dos bens da natureza. Portanto, é necessário fomentar reflexões para o fato de que a profissão pode ser introduzida nas expressões de cunho ambiental, pois essas também são expressões da própria questão social, a fim de contribuir para a formação de uma sociedade ambientalmente sustentável e socialmente justa, combinada às técnicas, metodologias e ferramentas da profissão.

3.1 A relevância da alimentação orgânica

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), possui como fundamento a melhoria efetiva das condições nutricionais, a contribuição para a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, assim como a formação de hábitos alimentares mais saudáveis (CUNHA *et al.*, 2010).

Dentro deste contexto, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) surge como uma oportunidade para o redimensionamento das ações que são desenvolvidas na instituição, podendo ter um papel primordial para as transformações das práticas alimentares dos usuários. Pode ainda contribuir com o estímulo da educação em saúde e nutrição, contextualizando as práticas de educação nutricional numa ótica mais abrangente de construção da cidadania (CUNHA *et al.*, 2010).

Diferentes experiências no âmbito escolar vêm se solidificando com fundamento na proposta de iniciativa das Escolas Promotoras de Saúde. Esta proposta, com a anuência da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), busca pautar práticas estimulando o desenvolvimento humano saudável com relações humanas construtivas e harmônicas, promovendo aptidões e atitudes positivas para a saúde. É também reconhecida pelo desenvolvimento de ações que viabilizam a

ampliação, de modo significativo, dos papéis da alimentação escolar, assim como nas instituições para a promoção da educação em saúde e nutrição (CUNHA *et al.*, 2010).

Nesse sentido que se fundamenta a necessidade de uma educação ambiental voltada para as questões referentes à saúde dos seres humanos, assim como às questões ambientais, primordialmente quando se refere à saúde das crianças. Quando se fala em saúde infantil, e não somente desta, os produtos orgânicos ganham notoriedade. Isso porque esses produtos são o resultado de um sistema de produção agrícola que está livre do uso de agrotóxicos, aditivos químicos ou modificações moleculares em sementes (CABRAL, 2020).

São chamados alimentos orgânicos aqueles que são cultivados de maneira especial, livres de agrotóxicos e que são produzidos em solo trabalhado. Em relação aos alimentos de origem animal, não possuem hormônios de crescimento, anabolizantes e outras drogas. Podem ser alimentos orgânicos: verduras, frutas, sucos, óleos, ovos, carne, vinhos e outros. Os alimentos orgânicos favorecem o organismo e ainda o meio ambiente, pois são isentos de qualquer tipo de adubo químico bem como pesticidas. Também não utilizam sementes transgênicas para o cultivo, já que nessa especialidade alimentícia o produtor não pode modificar as características reais do solo e do meio a serem utilizados no plantio (CABRAL, 2020, s.p.).

Esse cultivo visa manejar de modo equilibrado, por meio de métodos naturais de adubação e controle de pragas, o solo e demais recursos naturais, os preservando de contaminações e utilizando de modo sustentável os recursos, mantendo o equilíbrio entre o ser humano e o meio ambiente.

Nas últimas décadas, o uso indiscriminado de agrotóxicos e produtos químicos na produção de alimentos vem acarretando preocupação em várias partes do mundo, tanto por questões da saúde humana quanto por prejudicar consideravelmente o meio ambiente. Um exemplo prático é a crítica ao modelo de agricultura utilizada contemporaneamente que aumenta à medida que estudos comprovam que os agrotóxicos contaminam os alimentos e o meio ambiente, causando danos à saúde, por vezes de forma irreversível (MIRANDA, 2020).

De fato, estas afirmações podem ser evidenciadas desde 2008 no documentário “O veneno está na mesa”, onde pesquisadores identificaram os malefícios dos agrotóxicos como causadores de doenças ao sistema nervoso central, câncer, doenças renais, hepáticas e irreversíveis, levando ao óbito, também a contaminação dos solos, das águas, dos animais, entre outros problemas que vão surgindo ao longo do tempo e ainda o impacto de gastos na saúde pública.

Desde os anos sessenta os efeitos nocivos da agricultura convencional, principalmente os resíduos de agrotóxicos encontrados na água, no solo e nos alimentos consumidos pelos cidadãos, tornaram mais evidentes e, em vários países, o movimento ambientalista corroborou com a proposta da agricultura orgânica (MIRANDA, 2020).

Dentro deste contexto, tem aumentado progressivamente a procura por alimentos produzidos organicamente, isto é, livres de fertilizantes químicos, agrotóxicos, antibióticos, hormônios e outras drogas utilizadas nas culturas. Ademais, estudos científicos sugerem que os alimentos orgânicos são melhores para a saúde humana, porque o seu valor nutricional é maior do que aqueles produzidos convencionalmente (MIRANDA, 2020).

Atualmente encontramos desde cereais, carne, frango, toda linha de laticínios e até papinhas e comidinhas para bebês, totalmente orgânicos, além de alguns condimentos e outros produtos de mercearia seca que são comercializados em redes de supermercados e diversas lojas. Alguns produtores/empresas fazem o serviço de entrega domiciliar. Muitas empresas investem neste mercado “orgânico” viabilizando cada vez mais uma alimentação habitual com uma gama de muitos produtos que têm como principal característica a ausência de insumos químicos, corantes, conservantes, acidulantes, entre outros, na sua produção.

Facilmente comprovamos que os consumidores de produtos orgânicos fazem opções diversas em relação aos cuidados com a saúde. A alimentação orgânica representa um dos meios para garantir a saúde e, quando necessitam de outros cuidados, preferem a homeopatia e outras práticas de medicina natural ao tratamento alopático (MIRANDA, 2020, s.p.).

Portanto, visualizo nas ideias e atitudes dos consumidores de produtos orgânicos uma reação às transformações alimentares dos últimos tempos. A alimentação moderna vem transformando os hábitos dos sujeitos com a industrialização de refeições, dada a adição de conservantes, estabilizantes e outros produtos químicos que ao serem consumidos no decorrer da vida trarão prejuízos irreversíveis à saúde. Para estes consumidores, o alimento orgânico significa um meio de prevenir doenças, desse modo, adquire um valor de garantia e investimento na saúde, todavia, para o Mercado, o alimento é mercadoria. Nesse ínterim cabe a reflexão: o que vale mais, a vida ou os lucros? Sendo a resposta óbvia, que nada vale mais do que vida, sigo com as reflexões: porque os alimentos orgânicos não têm amplo subsídio governamental assim como tem os venenos e agrotóxicos?

3.2 As expressões da questão social no espaço institucional e o exercício profissional do/a assistente social

O assistente social é o responsável por avaliar todas as situações que envolvem vulnerabilidades junto das famílias, tendo o dever de encaminhar possíveis casos de abusos de toda ordem a serviços de apoio e judicial quando necessário, a partir de todo o conhecimento, utilizando da legislação e a rede de proteção as crianças e adolescentes para proceder em cada situação específica.

Nesse sentido, são realizadas na instituição, atividades pela assistente social direcionadas à Política de Assistência Social, na atenção e defesa de direitos regulamentadas pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742 de 1993, e respeitadas às deliberações do CNAS.

A política de Assistência Social é caracterizada em atendimento e assessoria e defesa e garantia dos direitos, consoante o artigo 3º da LOAS. Assim, no ano de 2019, ano de execução do projeto, foi feito o atendimento às crianças em situação de vulnerabilidade e risco social, pois os pais trabalham e não tem onde deixar seus filhos.

Este serviço se encontra inserido na proteção social básica que tem como foco proporcionar um espaço de convivência, participação e cidadania na qual será executado programa de defesa e garantia de direitos, tendo como norteadora a Resolução nº 27 de 2011, do CNAS, de acordo com a mesma as atividades proporcionam abertura de espaços voltados para a defesa de direitos socioassistenciais, se caracterizando como importantes instrumentos de fortalecimento da autonomia e protagonismos dos usuários (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2011).

A defesa e garantia de direitos são aqueles que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos voltados prioritariamente para defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com os órgãos públicos de defesa de direitos (BRASIL, 1993), dirigidos ao público da política de assistência social seguindo os termos da LOAS.

4. O PROJETO DE INTERVENÇÃO E SUAS RESPECTIVAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE O ESTÁGIO II CURRICULAR

O campo do projeto de intervenção compreendeu a Sociedade Espírita Luz no caminho Dr. Fernando do Ó, tendo como estratégia a implementação de uma horta comunitária na instituição para que familiares, alunos, profissionais, voluntários e demais colaboradores possam contribuir com a experiência no plantio de hortaliças para produção da alimentação da instituição e para as famílias. O projeto foi desenvolvido no período de agosto a dezembro do ano de 2019.

Deste modo, foram realizadas rodas de conversa com as famílias e demais colaboradores da instituição, onde foram definidos os dias, horários e a disponibilidade de materiais a serem utilizados na construção da horta. As atividades desenvolvidas ocorreram em horário de aula na instituição.

4.1 O projeto de intervenção

Durante o estágio na Instituição Fernando do Ó obtive o conhecimento quanto ao funcionamento da instituição. Nela o Serviço Social tem um papel fundamental que busca atuar de forma clara na garantia dos direitos da criança e do adolescente, junto com os profissionais de outras áreas como psicólogos, pedagogos e voluntários. Neste serviço os profissionais estão sempre atentos para desenvolverem um trabalho que venha suprir as necessidades dos usuários da instituição, como problemas familiares, sociais, educacionais e emocionais.

O tempo em que permaneci na instituição, participei das atividades diretamente com as crianças e adolescentes usuárias, auxiliando-as em tudo o que era necessário, como na escovação dentária, acompanhamento nas refeições, controle das atividades de pátio, intervenção em conflitos e estando junto como alguém que se importa com o seu bem-estar.

Participei também de atividades propostas pelos profissionais, como datas comemorativas, reuniões multiprofissionais realizadas uma vez ao mês, que tinham o objetivo de discutir questões de segurança, saúde, educação, bem-estar, no sentido de obter a contribuição dos agentes que constituem e dão suporte à instituição. O estágio era feito no turno da manhã e ficava com as crianças em uma sala onde elas tinham a liberdade para lerem livros, montar jogos e outras atividades individuais ou

em duplas. Às 8 (oito) horas era organizada a fila para realizarem a primeira refeição, o café da manhã. Após a refeição, as crianças retornavam para fazer a escovação dentária. Após, chegam os outros profissionais e logo a turma é reunida para avaliar o que seria feito de atividade, cada dia com uma atividade diferente.

Enquanto estagiária do Serviço Social, me reunia na sala com a assistente social para conversar sobre as demandas que chegavam até ela, participei das atividades domiciliares quando o usuário apresentava algumas dificuldades ou parava de ir no projeto, participei também de algumas visitas onde pude ver as necessidades enfrentadas pelas famílias usuárias, que relatavam várias dificuldades, desde alimentação, moradia, falta de saneamento básico, casas precárias sem segurança, esgoto aberto, adolescentes gestantes, pais que trabalham e não tem onde deixar seus filhos, acabam muitas vezes sozinhos correndo riscos.

Participei também de reuniões na instituição que tiveram a participação dos pais, em que foram informados sobre o andamento da Instituição e o desenvolvimento de seus filhos. Em outra reunião foi possível contar com a presença da segurança pública, policiais, guarda-municipais, assistentes sociais, psicólogos, secretaria de saúde, debatendo questões da segurança pública, sobre saúde, doenças transmissíveis como sífilis, Hepatite, Tuberculose, Hanseníase entre outros assuntos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, as falhas das redes de apoio e as dificuldades enfrentadas pelos profissionais.

Visitei o Conselho Tutelar, falei com a conselheira para obter esclarecimentos sobre casos em que há muita demora, sem retorno efetivo, ficando na espera de resultados. No CRAS Leste contatei com duas pessoas, na qual uma era psicóloga, pedindo visitas às famílias que estão com problemas pendentes, também fazendo pedido de averiguação nos casos suspeitos de crianças desassistidas pelos pais. Houve participação de reuniões na Câmara de Vereadores do Município, onde os profissionais se reúnem para debater todos os problemas, com intuito de obter resultados para os usuários. Neste sentido, saliento que nessas reuniões aprendi muito a respeito dos fluxogramas da assistência na rede, condutas e postura dos profissionais diante das situações enfrentadas. E, dando continuidade ao relatório de estágio curricular, introduzi o projeto e intervenção na instituição, que passa a ser exposto a seguir.

4.2 As atividades desenvolvidas: plantio de temperos e saladas orgânicas

Como já mencionado, o Assistente Social trabalha na mediação dos direitos sociais, como o direito à moradia, à saúde, à qualidade de vida, ao trabalho, entre outros direitos. Foi necessário um olhar cuidadoso com o meio ambiente, pois, a degradação ambiental está diretamente direcionada a vida da sociedade, gerando o agravamento da pobreza e produzindo novas expressões da questão social. O assistente social é um profissional que atua nas expressões da questão social, formulando, implementando e avaliando propostas para o seu enfrentamento.

Os problemas ambientais estão diretamente relacionados com a falta de consciência da população quanto a destinação dos resíduos produzidos, isto transcende as expressões da questão social, adentrando na seara ambiental, como a não destinação correta dos resíduos trazem à população doenças, águas contaminadas, poluição do meio ambiente e enchentes. Ainda, o meio ambiente é entendido como um lugar constituído de aspectos naturais e sociais que interagem em relações dinâmicas e em diversos processos culturais, tecnológicos, históricos e políticos, interferindo na natureza e na sociedade (SOUSA *et al.*, 2013, p. 03).

Nesta perspectiva surge o projeto de intervenção que aborda o uso de materiais recicláveis para o plantio de hortaliças, beneficiando duplamente os usuários e o meio ambiente, pois ao mesmo tempo em que se faz um plantio sustentável sem uso de agrotóxicos, pois o mesmo traz malefícios a saúde, há o cuidado em preservar o meio ambiente reciclando materiais plásticos para a confecção da horta.

A Constituição Federal, refere em seus artigos 5º e 6º como direitos e garantias fundamentais, a inviolabilidade do direito à vida e à saúde, cabendo ao Estado o dever de garanti-la (art. 196 CF); considerando a Lei nº 8080/90 - Lei Orgânica da Saúde, que em seu artigo 6º, inciso IV inclui no campo de atuação do Sistema Único de Saúde a vigilância nutricional e a orientação alimentar; considerando a Lei nº 11.346/2006 - Lei de Segurança Alimentar e Nutricional, que considera "a alimentação adequada, um direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana, devendo o poder público adotar políticas e ações necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (BRASIL, 2008).

Desse modo, o projeto de intervenção trouxe consigo benefícios como a orientação direcionada ao consumo de alimentos orgânicos saudáveis e que é uma medida de contribuir com a diminuição de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) como o câncer, a diabetes, hipertensão, tendo em vista que há aumento

significativo desses números na população devido ao alto consumo de alimentos processados, açucarados e, também, devido ao sedentarismo.

O estágio teve início na Instituição Espírita Luz no caminho Dr. Fernando do Ó no mês de maio de 2019 e término em dezembro de 2019, sendo 180 (cento e oitenta) horas de estágio I e 180 (cento e oitenta) horas de estágio II e o projeto foi implementado de agosto a dezembro de 2019. E, na prática de intervenção, primeiramente foi analisado o que poderia ser realizado.

Nesse sentido que, no decorrer do estágio, conversei com a assistente social da instituição para conhecer toda a Sociedade, pois no início não sabia como seria o projeto, porém como almoçava na instituição, por trabalhar durante 6 (seis) horas diárias, foi conversando com as pessoas que faziam parte da Instituição onde falaram sobre como eram realizadas as refeições para as crianças, sendo repassado pela assistente social que as refeições eram fornecidas por restaurantes de forma gratuita.

Ao ver o *buffet* que tinha em média 8 (oito) qualidades de comidas e alguns tipos de saladas e legumes foi questionado se tudo vinha dos restaurantes e foi informado que o feijão, alguns tipos de carnes e as saladas frescas, como alface e rúcula, a instituição que elaborava, conforme as figuras abaixo.

Figura 4 – Parte do *buffet* disponibilizado pela sociedade.



Fonte: *Facebook* do Projeto Sociedade Espírita Luz no Caminho Dr. Fernando do Ó (2019).

Figura 5 – Parte do *buffet* disponibilizado pela sociedade, com saladas.



Fonte: Facebook do Projeto Sociedade Espírita Luz no Caminho Dr. Fernando do Ó (2019).

Frente a isso, surge a possibilidade de fazer o projeto focado em temperos e saladas orgânicas, pois identifiquei com esse direcionamento por dar muita importância aos alimentos naturais, sem agrotóxicos, e, assim, estaria produzindo um alimento saudável e garantindo o direito dos usuários de terem mais qualidade de vida, no que se refere à saúde.

A assistente social da instituição considerou muito boa a iniciativa e levou para conhecimento da coordenadora e demais envolvidos. Depois disso, aprovaram a ideia e autorizaram a realização do projeto.

Primeiramente busquei um local apropriado para a efetivação do projeto, pensei em fazer a horta direto na terra, porém em tempos muito chuvosos a mesma sofre com alagamentos, então optei por fazer a horta suspensa, em *pallets* fixados na parede, com isso a autora do projeto buscou apoio para obter os materiais necessários, como os parafusos, *pallets*, galões de plásticos, terra, dentre outros.

Houve doação de *pallets* por parte de uma construtora, conforme a figura 6, e para fixação na parede contei com o auxílio do genro da estagiária, conforme as figuras 6 e 7.

Figura 6 – Pallets recebidos de doação.



Fonte: Autora (2019).

Figura 7 – Auxílio na execução do projeto.



Fonte: Autora (2019).

O próximo passo seria a colocação de *pets* de 2 (dois) litros, mas foi percebido que esse material era muito frágil para aguentar o peso da terra, sendo assim, optei por utilizar galões de 5 (cinco) litros, por serem mais resistentes. Desse modo, foi arrecadado em torno de 18 (dezoito) galões que foram fixados nos *pallets* em forma de vasos e assim foi feita a plantação das mudas. A terra utilizada foi retirada da casa da autora, as quais foram preparadas há bastante tempo, dadas as questões ambientais as quais se identifica, com cascas e restos de produtos orgânicos, e as mudas foram compradas em uma agropecuária.

Figura 8 – Galões de plástico arrecadados.



Fonte: Autora (2019).

Figura 9 – Horta comunitária suspensa pronta.



Fonte: Autora (2019).

No plantio e manuseio das mudas houve a efetiva participação das crianças, que auxiliaram no turno da manhã junto com a autora enquanto estagiária. Depois de pronta a atividade foi levada ao conhecimento e as amostras do que foi feito, esclarecendo as pessoas da importância de consumir produtos naturais.

Figura 10 – Auxílio das crianças durante o plantio das saladas e temperos.



Fonte: Autora (2019).

Sendo assim, observei que o projeto obteve êxito enquanto sua finalidade. Isso porque foram feitas rodas de conversas com os usuários da instituição, com as famílias, sobre a importância da alimentação orgânica na saúde humana, assim como a questão da reciclagem e preservação do meio ambiente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho pretendi dar visibilidade à experiência em estágio curricular I e II na Sociedade Espírita Luz no Caminho Dr. Fernando do Ó, que despertou um olhar ampliado no que diz respeito à assistência, à vida de cada indivíduo, podendo intervir com educação ambiental, educação em saúde, questões que podem ser trabalhadas pelo assistente social, porém pouco observado como atribuição em sua efetiva ordem de trabalho.

Em primeiro momento quando estava em processo de formulação do projeto de intervenção, houve dificuldade em se pensar em um projeto benéfico para os usuários. Logo enquanto acadêmica de Serviço Social, não tinha certeza se poderia intervir com uma horta sustentável, mas a partir de leitura teórico-metodológica e conhecimento da atuação do assistente social e suas contribuições em ações político-sociais, obtive o entendimento da atuação profissional frente a legislação, que é muito clara quanto aos direitos dos seres humanos e que o profissional pode, e deve, usar do conhecimento específico para colaborar com o bem-estar físico e mental da população.

Saliento que onde haja questão social concernente à dinâmica do meio ambiente, também existirá espaço para a atuação do profissional do Serviço Social. Uma vez que a profissão é embasada por uma realidade que sempre se encontra atenta aos problemas advindos quando os direitos sociais são violados ou ameaçados, momento que o insere, portanto, no vasto debate referente às questões ambientais e que estão diretamente relacionadas a alimentação e saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. Proposta do CFESS para definição do Serviço Social. Hong Kong, 2010. Disponível em <chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.cfess.org.br/arquivos/definicao_ss_fits_SITE_por.pdf>. Acesso em: 22 dez 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 408, de 11 de dezembro de 2008**. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2008/res0408_11_12_2008.html. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993, DISPÕE SOBRE A PROFISSÃO DE ASSISTENTE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Brasília, DF. 2009. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm>. Acesso em 22 dez 2022.

BRASIL. Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Diário Oficial da União, Brasília, 17 jun. 2013. Disponível em < <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>>. Acesso em 22 dez 2022.

CABRAL, G. **Alimentos Orgânicos**, 2020. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/saude-bem-estar/alimentos-organicos.htm>. Acesso em: 15 jan. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Resolução nº 27 de 19 de setembro de 2011**. Caracteriza as ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=115637>. Acesso em: 15 jan. 2021.

CUNHA, E. *et al.* A alimentação orgânica e as ações educativas na escola: Diagnóstico para a educação em saúde e nutrição. **Ciênc. saúde coletiva**. v. 15. n.1, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v15n1/a09v15n1.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

DAUFENBACK, V., Adell, A., et al. Agrotóxicos, desfechos em saúde e agroecologia no Brasil: uma revisão de escopo. São Paulo, SP. 2022. Saúde Em Debate. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/ZJ4CXpdSBbcGG6csLZ3HTfk/?lang=pt#>>. Acesso em: 20 jan 2023.

FERREIRA, G. *et al.* **Serviço Social e meio ambiente**: a atuação do assistente social na SANASA. 2018. Disponível em: http://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/016_servico_social_ambiente.pdf. Acesso em: 15 jan. 2021.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6^a. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_quest.htm. Acesso em: 20 jan 2023.

IRIGALBA, A. C. A prática da ecologia social: a necessidade de integrar o social e o ecológico. *In*: DOMÍNGUEZ GÓMEZ, J. A.; VÁZQUEZ AGUADO, O.; GAONA PÉREZ, A. (Org.). **Serviço Social e meio ambiente**. Tradução de Silvana Cobucci Leite; Rev. Marçõs Reigota. São Paulo: Cortez, 2005.

KROTH, Darlan Christiano, Geremia, Daniela Savi e Mussio, Bruna Roniza. Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma política pública saudável. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2020, v. 25, n. 10 [Acessado 29 dez. 2022], pp. 4065-4076. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.31762018>>. Acesso em: 23 dez 2022.

MIRANDA, M. C. S. **A importância do alimento orgânico**. Planeta Orgânico, 2020. Disponível em: <http://planetaorganico.com.br/site/index.php/alimento-organico/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

MOREIRA, I. S. **Serviço Social e Meio Ambiente**: a contribuição do assistente social em programa de aceleração do crescimento – PAC. 2013. 165 f. Tese (Doutorado em Serviço Social, Área de Concentração: Trabalho e Sociedade) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, SP, 2013. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/ines-da-silva-moreira.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

NUNES, L. S. **A implementação da política de educação ambiental do município de Florianópolis**: novas demandas ao Serviço Social. 2012. 228 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/96219/301385.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jan. 2021.

O Veneno está na Mesa I. Direção: Silvio Tendler. Produção: Hélene Paihous. Roteiro: Silvio Tendler. Brasil: 2011. <https://www.youtube.com/watch?v=SHkRolvahpg>.

Acessado em 20 jan. 2023.

RICHARDSON, R. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

SILVA, M. G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

SOCIEDADE ESPÍRITA LUZ NO CAMINHO DR. FERNANDO DO Ó. **Conheça o trabalho realizado na Instituição**. [S.l.]. Disponível em: <https://fernandodoo.wixsite.com/luznocaminho/about>. Acesso em: 15 jan. 2021.

SOUSA, M. T. C. S. *et al.* **Serviço Social e Meio Ambiente**: um desafio para a atuação de assistentes sociais. 2013. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo11-questaoambientalepoliticaspUBLICAS/servicosocialemeioambiente-umdesafioparaaatuacaodeassistentesociais.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. *In*: Conselho Federal de Serviço Social; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS: ABEPSS, 2009.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de pesquisa**. 2ª. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011.. Disponível em: http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB3_20132/Modulo_1/Metodologia_Pesquisa/material_didatico/Livro-texto%20metodologia.PDF. Acesso em: 15 jan. 2021.

NUP: 23081.011752/2023-43

Prioridade: Normal

Homologação de ata de defesa de TCC e estágio de graduação
125.322 - Bancas examinadoras de TCC: indicação e atuação

COMPONENTE

Ordem	Descrição	Nome do arquivo
9	TCC corrigido pós-banca	TCC Rita - pós-defesa fev 2023 final.pdf

Assinaturas

09/02/2023 13:39:57

LETICIA CHIMINI (PROFESSOR MAGISTÉRIO SUPERIOR - SUBSTITUTO)
06.90.00.00.0.0 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - DSS



Código Verificador: 2359488

Código CRC: f2b6f7c3

Consulte em: <https://portal.ufsm.br/documentos/publico/autenticacao/assinaturas.html>

